Este documento foi assinado digitalmente por A Z NUNES E CIA LTDA, ADRIANO MAYORAL, JOSE CARLOS SELONE, RENATA MARCIANO e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código B5D1-ED6C-23C3-D117.

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E A Z NUNES & CIA LTDA.

CONTRATADA : A Z NUNES & CIA LTDA
PREGÃO ELETRÔNICO :Nº 165/2025
DATA : 19/01/2026
CONTRATO :Nº 47/2026

Pelo presente instrumento, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**, com sede na Av. Engenheiro Fábio Roberto Barnabé n° 2.800, Jardim Esplanada II, Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 44.733.608/0001-09, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO,** brasileiro, casado, dentista, portador do RG nº 54.403.044-8 e do CPF nº 004.111.496-52 e pelo Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente **JOSÉ CARLOS SELONE,** brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 21.873.302-1 e do CPF nº 120.417.048-70 e a empresa **A Z NUNES & CIA LTDA** estabelecida na Cidade de Itu/SP, na Rua Macapá, nº 27, Bairro Brasil, CEP 13.301-521, Telefone: (11) 4022-0016 (11) 99644-2505 , E-mail: aznunes@msn.com / zanettinunes@uol.com.br, ora chamada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representado pelo **ALEXANDRE ZANETTI NUNES**, brasileiro, sócio administrador, portador do RG nº 16.748.915-X e do CPF nº 105.208.718-39, doravante designada simplesmente **CONTRATADA,** fundamentados nas disposições nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, que vierem a substituir as normas supracitadas, têm entre si justo e contratado o que se segue, e que reciprocamente outorgam e aceitam:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para execução de atividades técnicas para o levantamento populacional dos grupos de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*), elaboração do projeto técnico para a realização do manejo reprodutivo, captura e colheita de amostras para sorologia em capivaras em sete áreas públicas com classificação epidemiológica relacionada à Febre Maculosa Brasileira no município de Indaiatuba – SP, conforme detalhamento constante no edital e Anexo I, de acordo com a proposta de preços apresentada pela Contratada, que, independente de transcrição ou anexação, são partes integrantes do presente instrumento.

1.1.1. As especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Total R$
001	1	Unidade	Contratação De Empresa Para Prestação De Serviços Técnicos Especializados Para O Levantamento Populacional Dos Grupos De Capivaras (Hydrochoerus Hydrochaeris), Elaboração Do Projeto Técnico Para A Realização Do Manejo Reprodutivo, Captura E Colheita De Amostras Para Indaiatuba-Sp, Em Conformidade Com Elementos Técnicos	3.041.200,00

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Custo Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	Levantamento Populacional Dos Grupos De Capivaras (Total De 14 Campanhas Por Local) - Área 1 - Parque Ecológico Próxima Ao Colégio Objetivo, Área 2 - Parque Ecológico Na Região Ao Lado Da Prefeitura Municipal De Indaiatuba, Área 3 - Parque Ecológico Na Região Próxima À Entrada Do Bairro Tancredo Neves, Área 4 - Ponto Verde, Jardim Juliana, Área 5 - Parque Do Buru, Área 6 – Parque Ecológico Do Jardim Regente E Área 7 – Parque Das Frutas.	Unid.	7,00	30.000,00	210.000,00
2	Projeto Técnico Com Proposta De Manejo Sorológico E Reprodutivo, Dos Grupos De Capivaras Que Habitam Nas Sete Áreas Públicas De Indaiatuba – Sp Para Ser Enviado À Semil – Sp.	Unid.	1,00	35.000,00	35.000,00
3	Procedimento De Captura Das Capivaras Em Brete Para A Realização Dos Manejos Sorológicos E Reprodutivos Em Cada Animal	Animal	300,00	2.000,00	600.000,00
4	Colheita De Sangue Dos Indivíduos De Capivaras Para A Realização De Testes Sorológicos Para Rickettsia Rickettsii (Preparação, Envio Para Análise E Apresentação Dos Resultados), Marcação Parcial Externa E Marcação Interna Permanente Com Microchip.	Animal	300,00	2.000,00	600.000,00
5	Procedimento Para Esterilização De Capivaras Machos E Fêmeas.	Animal	300,00	4.500,00	1.350.000,00
6	Procedimento De Histerotomia Ou Histerectomia Em Fêmeas De Capivaras Gestantes (Somente Se Necessário Durante O Manejo).	Animal	30,00	1.000,00	30.000,00
7	Procedimento De Recaptura Com Anestésico Em Capivaras Que Já Passaram Pelo Manejo Sorológico E Reprodutivo (Somente Se Necessário Durante O Manejo).	Animal	10,00	800,00	8.000,00
8	Procedimento De Eutanásia E Preparação De Capivaras Para Envio E Destino Correto Das Carcaças, Conforme Direcionamento Defau/Sma/Sp Ou Órgao Competente (Somente Se Necessário Durante O Manejo).	Animal	50,00	2.999,68	149.984,00
9	Procedimento Em Caracter Emergencial Em Capivaras Que Necessitem De Atendimento E Cuidados Especiais.	Animal	20,00	2.000,00	40.000,00
10	Serviço De Acompanhamento, Responsabilidade Técnica E Administrativa Para Execução Dos Procedimentos De Manejo Das Capivaras Existentes Nas Sete Áreas Públicas, Com Emissão Da Respectiva Anotação De Responsabilidade Técnica	Mês	12,00	1.518,00	18.216,00

Valor total: R$ 3.041.200,00 (Três milhões, quarenta e um mil e duzentos reais)
Prazo de contrato: 12 (doze) meses.

Este documento foi assinado digitalmente por A Z NUNES E CIA LTDA, ADRIANO MAYORAL, JOSE CARLOS SELONE, RENATA MARCIANO e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código B5D1-ED6C-23C3-D117.

Este documento foi assinado digitalmente por A Z NUNES E CIA LTDA, ADRIANO MAYORAL, JOSE CARLOS SELONE, RENATA MARCIANO e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código B5D1-ED6C-23C3-D117.

1.1.2. A execução dos serviços/atividades será de acordo com as seguintes etapas:

Etapa 1 – Levantamento populacional dos grupos de capivaras (total de 14 campanhas) em sete áreas públicas do município de Indaiatuba – SP, e elaboração de um projeto técnico com a proposta de manejo reprodutivo e realização de teste sorológico para riquétsia nos grupos de capivaras que habitam nestes sete locais a ser apresentado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo (SEMIL – SP), segue relação das 07 áreas:

- **Área 1** - Parque Ecológico próxima ao Colégio Objetivo;
- **Área 2** - Parque Ecológico na região ao lado da Prefeitura Municipal de Indaiatuba;
- **Área 3** - Parque Ecológico na região próxima à entrada do bairro Tancredo Neves;
- **Área 4** - Ponto Verde, Jardim Juliana;
- **Área 5** - Parque do Buru;
- **Área 6** – Parque Ecológico do Jardim Regente;
- **Área 7** – Parques das Frutas.

Etapa 2 – Captura parcial das capivaras em sete áreas públicas do município de Indaiatuba – SP para colheita de sangue dos indivíduos para a realização de testes sorológicos para *Rickettsia rickettsii* (preparação, envio para análise e apresentação dos resultados), marcação parcial externa e marcação interna permanente com microchip e posterior procedimento de serviço médico-veterinário especializado para esterilização das capivaras (vasectomia dos machos e ligadura das tubas uterinas das fêmeas) ou procedimento de histerotomia ou histerectomia em fêmeas de capivaras gestantes (somente se necessário durante o manejo).

Etapa 3 – Procedimentos a serem realizados somente se necessários durante os manejos com as capivaras realizados anteriormente: recaptura com anestésico; eutanásia e preparação dos indivíduos para envio e destino correto das carcaças, conforme direcionamento do Departamento de Fauna (DeFau) da SEMIL - SP ou órgão competente; e captura em caráter emergencial em capivaras que necessitem de atendimento e cuidados especiais.

1.1.3. Para realização dos serviços listados no item 1.1.2., será necessário a emissão da anotação de responsabilidade técnica (ART) - serviço de acompanhamento, responsabilidade técnica e administrativa para execução dos procedimentos de manejo das capivaras existentes nas sete áreas públicas no ato do recebimento da ordem de serviço emitido pela secretaria requisitante.

1.2. As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

- 01.17.01.15.4520013.2001.3.3.90.39 da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.

2. DA VIGÊNCIA E INÍCIO DOS SERVIÇOS

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, os serviços deverão ser iniciados dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da Nota de Empenho.

2.2. A vigência do contrato poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, conforme previsto no Art. 57 da Lei 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração, seja devidamente justificado, e observadas as disposições legais aplicáveis.

Este documento foi assinado digitalmente por A Z NUNES E CIA LTDA, ADRIANO MAYORAL, JOSE CARLOS SELONE, RENATA MARCIANO e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código B5D1-ED6C-23C3-D117.

3. DO PAGAMENTO

3.1. O prazo para o pagamento será em até 10 (dez) dias, contados a partir da liquidação realizada pela Secretaria ordenadora da despesa e exclusivamente mediante depósito/transferência em conta bancária do Contratado. Quando da emissão da nota fiscal, a empresa deverá fazer constar no seu corpo o número da **NOTA DE EMPENHO**, preferencialmente em destaque, sendo que na sua ausência a mesma será recusada.

3.1.1. O pagamento em atraso ensejará a incidência de correção monetária "pro rata" pela variação do INPC/IBGE, juros, também "pro rata dia" de 0,70% (setenta centésimos por cento) ao mês e multa moratória de 2% (dois por cento) após o 10º(décimo) dia.

3.1.2. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à Contratada, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4. DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE

4.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negocição com o contratado.

4.2. No ato da prorrogação da vigência, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original.

4.3. Na prorrogação a Contratada deverá comprovar que mantém as condições inicias de habilitação, e deverá apresentar os seguintes documentos:

4.3.1. **Para Qualificação Econômico-Financeira**:

a-) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo órgão distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em até 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura dos envelopes ou no prazo fixado na certidão, se houver.

b-) Certidão Positiva para as empresas que estiverem na situação de Recuperação Judicial, dentro do prazo de sua validade, desde que a interessada demonstre seu plano de recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação.

4.3.2. - Para Regularidade Fiscal:

a-) Certificados de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b-) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, as quais deverão ser apresentadas conforme abaixo especificado;

Este documento foi assinado digitalmente por A Z NUNES E CIA LTDA, ADRIANO MAYORAL, JOSE CARLOS SELONE, RENATA MARCIANO e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código B5D1-ED6C-23C3-D117.

c-) A regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluída a regularidade junto à Seguridade Social (INSS).

d-) A regularidade Estadual deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos a Procuradoria Geral do Estado (Coordenadoria da Dívida Ativa), devendo compreender os débitos **INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.**

e-) A comprovação da regularidade fiscal municipal deverá ser apresentada através de certidão **relativa a TRIBUTOS MOBILIÁRIOS.**

4.3.3. - Para Regularidade Fiscal Trabalhista:

a-) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.4. Os preços contratuais poderão ser reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

- Data do orçamento estimado: 16/10/2025.

4.5.O índice de reajuste será o índice INPC publicado pelo IBGE.

4.6.O reajuste de preços deverá ser solicitado formalmente pela Contratada.

4.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

4.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

5. DO VALOR E DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

5.1. O valor total da presente avença é de R$ 3.041.200,00 (Três milhões, quarenta e um mil e duzentos reais).

5.2. O preço para execução do serviço e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Este documento foi assinado digitalmente por A Z NUNES E CIA LTDA, ADRIANO MAYORAL, JOSE CARLOS SELONE, RENATA MARCIANO e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código B5D1-ED6C-23C3-D117.

5.3. Nos preços indicados deverão também estar incluídas, além dos lucros, todas as despesas de custos, benefícios, tributos e quaisquer outras despesas direta ou indiretamente relacionadas com a execução do objeto deste instrumento, cuja composição dos custos, poderá ser solicitada pela **CONTRATANTE**.

5.4. Os preços poderão ser em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo, nas seguintes situações:

5.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do Contrato, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.4.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.4. No caso da repactuação, poderá ser a pedido da Contratada, conforme critérios definidos para a contratação.

5.5. As alterações ou atualização de preços obedecerão às seguintes regras:

I – O preço apresentado não poderá ultrapassar o praticado no mercado.

II – A secretaria gerenciadora poderá conceder aumento do preço, mediante pedido fundamentado da Contratada, devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos fatos alegados, devendo obedecer ao que se segue:

a-) manter, preferencialmente, a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pela Contratada e o preço de mercado;
b-) considerar o valor solicitado pela Contratada como o máximo a ser concedido para alteração;

c-) poderá deferir valor menor daquele solicitado pela Contratada.

5.5.1. O indeferimento total ou parcial do pedido de alteração não desobriga a Contratada do compromisso assumido nem exime de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

5.5.2. A Contratada não será liberada do compromisso assumido ainda que os preços de mercado se tornem superiores ao contratado.

5.5.3. O preço poderá ser revisto de ofício pelas Secretarias gerenciadoras em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado ou de fato que eleve o custo do item contratado.

5.5.4. Não havendo êxito nas negociações, as Secretaria gerenciadoras poderão convocar os licitantes remanescentes ou integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou proceder à revogação do item, ou do grupo/lote, ou a rescisão do Contrato, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obter a contratação mais vantajosa.

Este documento foi assinado digitalmente por A Z NUNES E CIA LTDA, ADRIANO MAYORAL, JOSE CARLOS SELONE, RENATA MARCIANO e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código B5D1-ED6C-23C3-D117.

5.5.5. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, para análise.

5.6. Os pedidos de revisão de preço deverão ser realizados durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

5.7. Os pedidos de revisão de preço deverão ser autuados no Departamento de Protocolo, enviados pelo correio no endereço Av. Fábio Roberto Barnabé, 2800, Jardim Esplanada II, Indaiatuba/SP, CEP:- 13331-900 ou para e-mail: everton.martins@indaiatuba.sp.gov.br

5.8. Os pedidos de revisão de preço, enquanto não deferidos total ou parcialmente, não isentam a Contratada a dar continuidade às entregas nas condições vigentes.

6. DO(S) GESTOR(ES) DO(S) PREPOSTO(S) E DO(S) FISCAL(IS) DE CONTRATO E FISCAL(IS) DE SERVIÇO

6.1. O(s) gestor(es) do Contrato será(ão) o(s) servidor(es) Adriano Mayoral, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.

6.2. O(s) gestor(es) do Contrato será(ão) o(s) representante da administração pública responsável por gerenciar o contrato. É sua atribuição principal garantir que as obrigações contratuais sejam cumpridas segundo os termos estabelecidos, verificando o cumprimento das condições pactuadas, analisando e autorizando os pagamentos devidos, entre outras atividades relacionadas à gestão contratual. Quando da substituição do(s) gestor(es), a(s) secretária(s) gerenciadora(s) assumirá(ão) essa responsabilidade, enquanto não seja efetuada essa alteração por meio de Ofício.

6.3. O preposto da empresa será Fernanda Battistella Passos Nunes, brasileira, sócia Administradora, portadora do RG nº 23.020.822-8_ e do CPF nº 271.344.758-59, o qual deverá fiscalizar a execução do Contrato, prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, conforme da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores.

6.4. Como Fiscal(is) do Contrato/Fiscal de Serviço, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas neste instrumento, será(ão) o(s) servidor(es) Renata Marciano, da Secretaria Municipal de Saúde.

7. DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Das obrigações da Contratada:

7.1.1. A prestação de serviço deverá ser realizada após a assinatura do Contrato e envio da Ordem de Serviço, encaminhada pela Secretaria requisitantes e envio da Nota de Empenho, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos.

7.1.2. A prestação do serviço será demanda livre e de comum acordo entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

7.1.3. A empresa se obriga a prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Indaiatuba.

Este documento foi assinado digitalmente por A Z NUNES E CIA LTDA, ADRIANO MAYORAL, JOSE CARLOS SELONE, RENATA MARCIANO e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código B5D1-ED6C-23C3-D117.

7.1.4. Em caso de problemas na execução do(s) serviço(s), a substituição ou reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

7.1.5. A empresa deverá assegurar a plena observância de cumprimento das normas de proteção ao trabalho, inclusive segurança e saúde; erradicação do trabalho análogo à escravidão e trabalho infantil, com previsões contratuais obrigatórias, na forma do art. 2º, inciso I a IV do Decreto Federal nº 12174/2024.

7.1.6. A empresa deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2. Obrigações da Contratante:

7.2.1 Exercer a fiscalização dos serviços a serem executados através do Fiscal com auxílio da equipe técnica da CONTRATANTE.

7.2.2. Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;

7.2.3. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA;

7.2.4. Caberá à CONTRATANTE comunicar ou denunciar imediatamente e por escrito qualquer falha ou deficiência por parte da CONTRATADA, sempre que estas ocorrerem.

7.2.5. O Município de Indaiatuba não está obrigado a solicitar uma quantidade mínima de serviços, ficando o seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento para prestação dos serviços.

8. DA RESCISÃO

8.1. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

8.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

8.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

8.1.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei nº 14.133/2021).

Este documento foi assinado digitalmente por A Z NUNES E CIA LTDA, ADRIANO MAYORAL, JOSE CARLOS SELONE, RENATA MARCIANO e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código B5D1-ED6C-23C3-D117.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas no Contrato, poderá a secretaria gerenciadora aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

a) advertência;

b) por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a Contratada constituído em mora, sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6° (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

c) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;

d) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

e) dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

f) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2 – O Contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.3 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.4 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

10. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INDORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

10.1. As Partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência deste contrato, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o caráter público desta contratação.

10.2. As Partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução deste contrato, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da

contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.3. Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

10.4. A CONTRATADA declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

11.5. DOS CASOS OMISSOS

11.5. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Indaiatuba como competente para apreciar todas as questões decorrentes do presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo fim.

Indaiatuba, 19 de janeiro de 2026.

CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS SELONE
Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente

ALEXANDRE ZANETTI NUNES
P/Contratada

Gestor(es):	**Fiscal(ais)**
Adriano Mayoral	Renata Marciano

LR.

Este documento foi assinado digitalmente por A Z NUNES E CIA LTDA, ADRIANO MAYORAL, JOSE CARLOS SELONE, RENATA MARCIANO e CUSTODIO TAVARES DIAS NETO.Para verificar as assinaturas acesse https://assina.indaiatuba.sp.gov.br/VerificadorAssinatura e informe o código B5D1-ED6C-23C3-D117.